



ACTA Nº 13/2008

DA 2ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE NOVEMBRO DE 2008  
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,  
REALIZADA A 2 DE DEZEMBRO DE 2008

-----No dia 2 de Dezembro de 2008, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Lagos, reuniram-se os Deputados da Assembleia Municipal de Lagos para continuação da Sessão Ordinária de Novembro de 2008 da mesma Assembleia Municipal, cuja 1ª Reunião se tinha realizado no passado dia 24 de Novembro de 2008 e de que faltam tratar os seguintes pontos da **ORDEM DO DIA**:

- PONTO 3 - *Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da actividade do município (continuação);*
- PONTO 4 - *Apreciação e votação da proposta de participação variável no IRS no ano de 2009;*
- PONTO 5 - *Apreciação e votação da proposta de actualização da Taxa Municipal de Urbanização para 2009;*
- PONTO 6 - *Apreciação e votação das Grandes Opções do Plano e da proposta de Orçamento para 2009;*
- PONTO 7 - *Apreciação e votação da proposta de alteração dos Estatutos da Lagos-em-Forma – Gestão Desportiva, E. M.;*
- PONTO 8 - *Apreciação e votação da proposta de alteração dos Estatutos da Futurlagos – Empresa Municipal para o Desenvolvimento, E. M.;*
- PONTO 9 - *Apreciação e votação da Proposta de Adesão do Município de Lagos à Agência de Desenvolvimento do Barlavento – Associação;*
- PONTO 10 - *Designação de novo representante na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Lagos.*

-----**ABERTURA DA REUNIÃO:** Dado o pedido de substituição da 2ª Secretária da Mesa, Sra. Ana Olivença (PS) o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), convidou para exercer as funções de Segundo Secretário da Mesa, durante esta Reunião, um Deputado Municipal do PS, Sr. Carlos Ribeiro. Verificada a existência de quórum, deu início à presente Reunião, quando eram 20 horas e 47 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO(A) DEPUTADO(A) MUNICIPAL
PS	António da Silva Correia (Presidente da Junta de Freguesia de Barão de S. João)
PS	Carlos Alberto Esteves Pires



Fl. 116v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE  
LAGOS

PS	Carlos Alberto Martins Ribeiro
PS	Carlos Manuel Batista Serrão
PS	Eduardo Manuel de Sousa Andrade (1º Secretário)
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira
PS	João Henrique Pereira
PS	João Luís da Silva Gomes (Presidente da Junta de Freguesia de Bensafrim)
PS	Joaquim Pedro Martins Parreira Cruz (Presidente Junta de Freguesia de S. Sebastião)
PS	Manuel Domingos Borba (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)
PS	Maria Aurora Inácio Leal Alexandre
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria)
PS	Paulo José Dias Morgado (Presidente da Mesa)
PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo
PSD	Eurico José dos Reis Correia
PSD	Fernando Miguel Carreiro de Amaral Soares
PSD	Fernando Ramos Bernardo
PSD	João António do Rio Rosa Bravo
PSD	João Francisco Redondo Félix
PSD	José Joaquim Pacheco dos Reis
PSD	Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
CDU	Maria Brites Quintino da Silva Nunes Dias Alcobia
IND	José Mariano Monteiro de Jesus

-----ENTRARAM JÁ NO DECURSO DA REUNIÃO, nos momentos indicados nesta Acta, os seguintes Deputados Municipais:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)
IND	Eduardo Morales Almeida Santana



-----SUBSTITUIÇÃO DE DEPUTADAS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
PS	Ana Cristina da Conceição Pereira Olivença (2ª Secretária da Mesa)	1 dia	Carlos Manuel Baptista Serrão
PSD	Rosa Maria Marreiros Rosado	1 dia	João Francisco Redondo Félix

-----MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA REUNIÃO:

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Júlio José Monteiro Barroso - Presidente
PS	António Marreiros Gonçalves - Vereador
PS	Jorge Bugalho Serpa - Vereador
PSD	Nuno Pedro dos Santos Borges Marques - Vereador
PSD	Saúl da Silva Baptista - Vereador

-----MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE FALTARAM À REUNIÃO:

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Maria Joaquina Batista Quintans Matos - Vice-Presidente
PSD	Fernando Ferreira Alves - Vereador

-----PERÍODO DAS INTERVENÇÕES DO PÚBLICO: Interveio o Município Sr. Jorge Ferreira, que representando os comerciantes, residentes e trabalhadores do Centro Histórico de Lagos, disse o seguinte: "Excelentíssimos senhores Presidente da Assembleia Municipal. Ilustres membros da Assembleia Municipal, Presidente da Câmara Municipal, ilustres Vereadores, concidadãos de Lagos. Somos pessoas que vivem, que trabalhamos, que investimos o nosso dinheiro, que damos o nosso tempo, e, sobretudo, que dedicamos uma parte importante das nossas vidas, procurando que o "Centro Histórico de Lagos" seja uma realidade viva e não um capítulo obscuro num compêndio corroído pelas traças e cheirando a mofo. Somos pessoas que, como todos vós, e com a colaboração de todos vós, queremos que a nossa cidade continue a ter uma vida própria, que continue a ter uma alma única, que nos orgulhe e a distinga de tantas outras cidades por esse mundo fora. Estamos, como todos vós, certos que o "Centro Histórico de Lagos", se não é o único, é, com toda a certeza, o maior valor e o melhor dos bens que nos permite continuar a viva e a prosperar. Estamos, também certos, como todos vós, que "Centro Histórico de Lagos" se fez com o engenho, a sangue, o suor e as lágrimas daqueles que nos precederam. Na verdade, essa é, também, uma das fortes razões que, enquanto comunidade, nos obrigam, a todos nós, a lutar para que não se acabe com ele, nem



Fl. 117v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

ele acabe connosco. Mas sim, que possamos inscrever nele o nosso contributo, deixar nele a nossa marca e o possamos continuar a transmitir aos que se nos seguem assegurando que também eles nele inscrevam a marca da sua identidade. Acreditando eles, como nós, que, em cada dia, o mundo poder ser eterno. Acreditando eles, como nós, que desde o início do mundo todos fomos tendo a oportunidade de dar o nosso contributo para essa eternidade. Par isso, com humildade, mas empenhados, queremos, estamos certos, como todos vós, que Lagos continuará ser uma cidade onde apeteça trabalhar, onde apeteça viver, onde possamos fazer e criar os nossos filhos. Uma cidade onde os nossos filhos façam e queiram criar os filhos deles e, os filhos deles assim queiram continuar. Só assim podemos ser uma comunidade que honra e estima o seu passado. Só assim podemos ser uma comunidade que transforma e valoriza o seu presente. Só assim podemos ser uma comunidade que assegura o seu futuro. São estes as elementos fundamentais da nossa coesão social, são estes os valores que nos permitem assegurar que a nossa cidade e o nosso concelho cresçam e se desenvolvam de forma harmoniosa e sustentada, salvaguardando para as gerações futuras um património e uma cultura de solidariedade e de partilha, que não quer "jantares de borla" nem "lucros fáceis", apenas um comércio justo, um ambiente salutar e uma vida digna. Pois, só assim, se pode conceber uma cidade onde cada um de nós e, todos sem excepção, podemos e queremos ser felizes! É este o barro que molda o nosso carácter! É este o tempero do ferro que estrutura e move a nossa vontade! É com base nestes valores que nos dirigimos a todos vós e, especialmente aos nossos representantes autárquicos, procurando que nos apoiem, que compreendam que o planeamento e execução das obras na cidade, sobretudo a construção do parque de estacionamento na Avenida dos Descobrimentos e do Jardim da Constituição ao mesmo tempo que a construção do Parque da Praça de Armas, não estão a corresponder ao que nos transmitiram, nem as expectativas que nos foram criadas. Tratam-se de obras que visam trazer, e trarão seguramente, melhorias na organização viária, na qualidade ambiental e urbana da zona ribeirinha da nossa cidade. Todavia, a sua dimensão e excepcional complexidade, trazem, pelo menos no período da sua execução, problemas e constrangimentos que, injustificadamente, estão a complicar as nossas vidas e a asfixiar o nosso comércio. Os quais não sendo urgentemente acautelados e corrigidos, juntamente com crise económica de que não pudemos fugir, originarão tão elevados prejuízos que, nem no futuro poderão ser reparados, porque, em pouco tempo, o mal que vai ser feito se tornara irreparável. Todos sabemos que a cidade de Lagos e o seu Centro Histórico dependem do turismo, que praticamente todo o seu tecido económico se organiza em função dessa actividade e dos poucos serviços, que ainda aí vão tendo sua sede. Mas que, não se manterão aí por muito mais tempo se continuar este estado de coisas e os clientes não lhes conseguirem chegar. Todos sabemos que o comércio e a actividade bancária são das únicas actividades económicas de relevo que se desenvolvem no centro histórico e na baixa da cidade, as quais juntamente com os poucos que aí residem, com os que aí trabalham e com os que aí prestam os seus serviços, são quem lhe assegura uma vida que lhe é característica, que atrai quem cá vive e cativa



quem nos visita. Na verdade, como todos sabem, os paradigmas do comércio moderno - com a convivência, ou pelo menos, com a tolerância, de quem vem gerindo os nossos destinos - modificaram-se, levando as pessoas para subúrbios urbanisticamente descaracterizados, ambientalmente degradados, despersonalizados e sem alma, asfixiando, assim, o comércio tradicional, de proximidade, acabando com postos de trabalho e um modo de vida, que sobretudo numa cidade que vive do turismo, poderia e deveria ter sido evitado e exige que se preserve e salve o pouco que ainda resta. Assim - pensando que para bem de todos - teimamos em querer manter um comércio tradicional de qualidade e modernizado, que sabemos ser uma mais-valia para a cidade, e uma das razões para que milhares de pessoas nos continuem, repetidamente, a procurar, precisamente, porque oferecemos produtos e serviços personalizados e distintos, precisamente porque são únicos, precisamente porque tem a marca da nossa identidade, e que, precisamente por isso, não se podem encontrar noutros lugares. E por tudo isto, que não compreendemos porque razão obras desta dimensão não suscitaram um estudo e planeamento mais aprofundado, encontrando soluções de natureza excepcional e temporária, que nos assegurassem uma qualidade de vida e uma actividade comercial, minimamente aceitáveis e sustentáveis, especialmente no que respeita a organização do estacionamento e gestão do trânsito automóvel no Centro Histórico. Parece, a todos nós, incompreensível que se tenha fechado o parque de estacionamento existente e eliminado o parqueamento ao longo da Avenida, sobretudo, quando as obras continuam quase paradas e não se vislumbra quando irão começar, nem quando irão acabar, reduzindo, ainda mais, as nossas possibilidades de sucesso, fechando, ainda mais, a janela de esperança em fazer do "Centro Histórico" não apenas um Ex Libris de "Lagos cidade dos Descobrimentos", mas, também o centro de numa cidade que se gosta de visitar, onde se gosta de trabalhar e onde se continua a apetecer viver. Porque os tempos são de crise e de contenção. Porque somos nós que temos suportar a maior parte dos problemas, queremos, com a colaboração de todos, ser parte da solução, propondo: - a reabertura imediata do parque de estacionamento na avenida, pelo menos no período de Natal e enquanto o seu encerramento não seja estritamente necessário; - voltar a disponibilizar os lugares de estacionamento ainda existentes na avenida, reduzindo, se necessário os limites de velocidade, e melhorando o sistema de regulação e sinaléticas; - a criação de bolsas de estacionamento alternativas mais próximas da baixa da cidade, designadamente nos pátios da antiga Escola Gil Eanes, zonas demolidas e devolutas cujos proprietários possam disponibilizar, provisoriamente, para estacionamento, dedicado, das famílias residentes, devidamente identificadas; - a criação de um parque de estacionamento na zona das casas dos magistrados; - a criação de um parque de estacionamento no lugar do jardim situado nas traseiras dos Paços do Concelho; - a afectação do parque de estacionamento junto ao mercado do levante para o uso automóvel, deslocando o parqueamento dos autocarros para a zona da Feira; - que a gestão dos lugares de estacionamento mais próximos da baixa do centro da cidade devam, sobretudo, visar responder as necessidades daqueles que visitam e aí vem temporariamente, pelo que deverá ser sujeito a uma taxa fortemente progressiva e



Fl. 118v.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**  
**DE**  
**LAGOS**

limitado a um período máximo de utilização; - que entre os diferentes parques deve haver um sistema de transporte rápido e do tipo "vai e vem", o qual na zona da Avenida dos Descobrimentos, recebera utentes sempre que estes o sinalizem e, se possível, gratuito; - que seja elaborado um sistema de sinalética facilmente visível e compreensível e assegurada a distribuição de folhetos informativos com a indicação dos melhores percursos de acesso ao centro da cidade e dos seus lugares de maior interesse histórico, patrimonial e paisagístico; - que a Câmara Municipal de Lagos, em coordenação com os comerciantes, prestadores de serviços e demais utentes do "Centro Histórico de Lagos", elabore um programa de animação e de festividades que potencie o aumento do número de visitantes e de frequentadores. Porque, estamos seguros que a nossa causa - de todos nós - não fracassara e a nossa cidade manter-se-á viva. Porque, acreditamos que os netos dos nossos netos merecem todo o nosso empenho e que, também por eles e, sobretudo por eles, não podemos, nenhum de nós, seja porque motivo for, baixar os braços e fracassar! ... Porque, nós não abandonamos o Centro Histórico! ... Porque, podem estar certos, nós não abandonamos o Centro Histórico! ... Porque, com todos vós, todos teremos sucesso! ... Porque, com todos vós, Lagos vencerá! ... Viva Lagos! ...”-----  
-----**ENTRADA DE DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta apresentação, entrou na sala o seguinte Deputado da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL	HORA
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)	20.52

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) agradeceu a intervenção e informou que brevemente iria convidar o Sr. Jorge Ferreira para uma reunião.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, tentando apaziguar os justos receios dos concidadãos, disse que a Câmara estava consciente dos problemas que estão a causar aos comerciantes, residentes e trabalhadores do Centro Histórico, com as obras. Referiu estarem conscientes de que a situação criada pelas obras era um risco, era uma situação que traz prejuízos e por isso as obras vão ser feitas o mais diligentemente possível. Disse estarem a ser feitas intervenções no Centro Histórico para fazer, exactamente aquilo que aqui foi dito pelo Sr. Jorge Ferreira; criar condições para trabalhar, criar condições para empreender e criar condições para legar este Centro Histórico renovado, com muito melhores condições às gerações vindouras. Reconhece que não existe obras que não dêem maçada, não existem obras que não tragam algum prejuízo, exemplo disso foram as recentes obras nas Ruas 25 de Abril e Silva Lopes. Lamenta os transtornos verificados com as obras, mas está convencido de que a mais-valia que representam as obras constituirão motivo para darem sempre por bem empregue o tempo que se perde. Informou que todos os cidadãos podem pedir reuniões ao Presidente da Câmara ou a qualquer Vereador que estão sempre disponíveis para tal. Explicou que foi decidido fazer esta obra desta maneira por varias razões. Informou que inicialmente era para ser feito primeiro o parque de estacionamento da Avenida, mas depois da Câmara ter adquirido os terrenos junto às muralhas na zona conhecida por



Raminhos e onde é possível estacionar cerca de duas mil viaturas, foi decidido, por uma questão de mais-valia para a obra, iniciar a construção dos dois parques de estacionamento em simultâneo, sabia o risco que corria, mas sabia que havia uma alternativa. Disse que quando foi decidido fazer isto foi também decidido fazer uma sinalética adequada, mas essa sinalética só vai ser colocada no próximo 4 de Dezembro, situação pela qual pediu desculpa. Esclareceu que o parque da Avenida foi encerrado para ser entregue à empresa o que está a construir e o compromisso que a Câmara Municipal tinha, tanto com a empresa como com o IPTM, era de que a partir de dia 15 de Setembro a obra poderia começar e efectivamente a obra iniciou-se a 20 de Setembro. Disse que a maior parte das obras feitas em Lagos não começam com a entrada em funcionamento das máquinas, uma vez que em Lagos há muitos vestígios arqueológicos e isso também contribui para o atraso das obras, acrescentado que o parque de estacionamento do Parque da Cidade está atrasado porque no local foram encontrados muitos vestígios arqueológicos e no parque da Avenida também foram feitos levantamentos arqueológicos e sondagens geológicas. Informou que o prazo da execução da obra do parque da Avenida é de catorze meses e ainda está na expectativa de que a empresa consiga cumprir esse prazo. Informou ainda que a transferência do Posto de Transformação (PT) da EDP, existente no parque da Avenida, também causou algum atraso nas obras. Referiu que estavam criadas alternativas de estacionamento e quanto mais cedo começar a obra, mais cedo acaba. Informou que apesar de todos os condicionalismos, tinha reivindicado o início rápido da obra do parque de estacionamento da Avenida, junto da empresa construtora, ou então mandava reabrir o parque de estacionamento. Reconheceu que a proposta apresentada pelos comerciantes, residentes e trabalhadores do Centro Histórico é justa e adequada. Afirmou que se não houver condições para se iniciar a obra até ao Natal a Câmara irá reabrir o parque de estacionamento. Referiu que outras soluções estão igualmente pensadas para a época alta, sendo uma delas levar carros a estacionar no recinto da feira, havendo um veículo municipal a fazer o transporte em vai-vem para o centro da cidade. Disse que a perda de negócio está a verificar-se por todo o lado devido à crise, não sendo só no Centro Histórico de Lagos que se verifica uma perda no negócio. Afirmou que todos acham estas obras úteis e necessárias e assim sendo são para ser feitas de acordo com as condições que foram devidamente contratualizadas. Sugeriu que fosse criada uma associação de comerciantes, residentes e trabalhadores do Centro Histórico, porque a Câmara tem todo o interesse em que o Centro Histórico seja requalificado e está empenhada nisso.-----

-----De seguida interveio o munícipe Sr. João Centeno que disse que poderá ter ficado a ideia de que o movimento que se apresentou na presente reunião, só diz respeito a comerciantes do Centro Histórico, mas também estão representados os residentes e os utentes; residentes que pedem, uma situação de excepção, porque as medidas anunciadas não servem para os residentes, medidas essas que depois das obras terminarem voltam para trás.-----

-----Seguidamente interveio o Sr. Nídio Duarte que disse que tem acompanhado as explicações do Sr. Presidente da Câmara Municipal acerca das obras dos parques de



Fl. 119v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

estacionamento e com todo o respeito que tem pelo Sr. Presidente da Câmara, afirmou que as mesmas não o convencem. Disse que ainda no dia de hoje, durante o Programa Cidades Acessíveis a Eng<sup>a</sup> Paula Telles, que vai elaborar o programa sobre acessibilidades para a Câmara Municipal de Lagos disse o seguinte: “É vital envolver todos os agentes locais. É vital democratizar a cidade. Hierarquizar as intervenções prioritárias. Gerir, de forma mais eficaz, os recursos humanos. Efectivar o princípio universal do direito à cidade.” Seguidamente colocou as seguintes questões: “- onde estão reflectidos os princípios que foram nesta reunião enunciados? Quem é que envolveu os agentes locais? Esta Câmara?, certamente que não. Democratizar a cidade?, também não. Hierarquizar as intervenções prioritárias?, também não.” Disse que fazer um parque de estacionamento e depois o outro é que era hierarquizar as intervenções de forma prioritária. “Quem foi responsável pelo projecto do parque de estacionamento da Avenida dos Descobrimentos? Que não soube antecipar, ou diagnosticar, ou prever que havia lá um PT e que esse PT era uma coisa complexa e que levaria algum tempo a resolver? Quem vai ser responsabilizado pelo atraso do início das obras? Dado que as pesquisas arqueológicas não fazem qualquer sentido, embora sejam obrigatórias naquele local e não podem constituir argumento para o atraso das mesmas.” Disse que não se pode esquecer que há três meses que o parque está fechado, por isso perguntou quem iria pagar os custos pelos erros cometidos. Reafirmou que a alternativa era recuar, abrir o parque da Avenida, construir o parque de estacionamento do Parque da Cidade e depois construir o parque da Avenida. Terminou dizendo que “é em nome da transparência, que oiço aqui ser apreçoada todas as noites, que gostaria que me respondessem aqui e agora.”-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) agradeceu a confiança depositada na Assembleia Municipal, por parte dos cidadãos/público presente na sala, que vieram à Assembleia Municipal expor o assunto em vez de irem à reunião da Câmara Municipal a realizar-se no dia a seguir à presente reunião. Sugeriu ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal que desse carácter de urgência na marcação de uma reunião da Comissão Permanente com os representantes dos comerciantes, residentes e trabalhadores do Centro Histórico, para que a própria Comissão Permanente tomasse algumas posições em relação ao exposto pelo Dr. Jorge Ferreira. Disse que na opinião da CDU a obra a realizar-se no actual parque de estacionamento da Avenida dos Descobrimentos, não era necessária. Referiu que a obra ainda mal começou e os problemas estão aí e ainda vão aparecer mais ao prolongar-se a obra no tempo. Afirmou que a obra começou mal, tinha sido mal organizado o planeamento da obra, não tendo sido tomado em conta o que lá estava enterrado e lamentou que estas situações possam vir a trazer muitos problemas daqui para o futuro. Referiu que o parque de estacionamento no Parque da Cidade juntamente com outras soluções que não esta, que é uma obra de grande custo para o Município, seria o mais aconselhável.-----

-----**ENTRADA DE DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta apresentação, entrou na sala o seguinte Deputado da Assembleia Municipal:



GRUPO MUNICIPAL	NOME DO DEPUTADO MUNICIPAL	HORA
IND	Eduardo Morales Almeida Santana	21.34

-----**PONTO 3 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO (CONTINUAÇÃO)**:-----

-----A Sra. Maria Brites Nunes (CDU) solicitou pormenores sobre reuniões que o Sr. Vereador Marreiros teve sobre a Ecovia e sobre o matadouro do Algarve e a reunião entre o Sr. Presidente da Câmara Municipal e a AQUA.PT – Associação de Aquaculturas de Portugal, sobre projectos de aquacultura para a Baía de Lagos.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) referindo-se aos vales distribuídos pela Câmara Municipal aos seus funcionários para fazerem compras no comércio local, perguntou que critérios era necessário reunir, por parte de um comerciante, para se poder associar a esta iniciativa e qual era a opinião do Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre o facto de ser enquadrado no comércio tradicional/local uma grande superfície comercial e três lojas de “chineses”.-----

-----O Sr. José Mariano (IND), ainda sobre a resposta dada pelo Sr. Vereador Marreiros, na última reunião, acerca dos acessos às praias, disse acreditar que a Câmara nunca tinha gasto tanto dinheiro no acesso às praias como no Verão passado, mas acontece que as obras relativas aos acessos às praias ainda não resolveram as situações todas, nomeadamente os acessos à Meia Praia. Acrescentou que tinha ficado agradado com o facto de ter sido informado de que os parques de estacionamento, existentes na Meia Praia, iriam ser melhorados no próximo Verão. Disse que as floreiras do Centro Histórico necessitam de intervenções e que a Câmara Municipal não tinha respondido à sua questão sobre os contentores à superfície, tendo concluído que, possivelmente, estes contentores irão acabar, uma vez que não é feita a manutenção dos mesmos. Manifestou a sua preocupação em relação às explicações dadas pelo Sr. Presidente da Câmara, sobre o Forte da Meia Praia, uma vez que julgava que este assunto já estava solucionado. Disse que o antigo Paiol da Pólvora está num elevado estado de degradação e que a Câmara devia adquirir o imóvel, uma vez que o mesmo está num ponto alto onde poderia ser instalado um miradouro e criar uma bolsa de estacionamento para residentes da zona, para além de colocar uma parte da muralha mais visível. Sobre o convívio de Natal dos funcionários da Câmara disse que o almoço, ou o jantar, que a Câmara organizava tinha acabado, perdendo-se assim, na sua opinião, a oportunidade dos funcionários da Câmara, dispersos por uma série de edifícios, conviverem entre si. É da opinião que este convívio acabou e foi substituído por distribuição de vales de compras, aos funcionários autárquicos, para ser gastos no comércio local, mas os comerciantes não vêem resultados disso e referiu que, se a Câmara quiser apoiar o comércio local, tem que adquirir coisas para a Câmara Municipal no comércio local.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) solicitou pormenores sobre a elaboração de projecto de requalificação de nó viário – Rua dos Celeiros/Rua Dom Vasco da Gama, incluindo infra-estruturas de ligação e sobre as obras na Escola do Bairro Operário.-----



Fl. 120v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

-----O Sr. João Bravo (PSD) solicitou informação sobre a ampliação do Centro Cultural, sobre um lote de terreno que se situa na Avenida dos Descobrimentos que pertencera à Marinha e depois passou para a Câmara ou vice-versa e sobre novas instalações para o Hospital de Lagos.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) perguntou qual o prazo médio que a Câmara está a levar para pagar a fornecedores. Sobre o contrato de gestão das áreas do IPTM disse haver um tratamento desigual do Estado para com a Câmara e da Câmara para com o Estado, uma vez que as Câmaras compram terrenos ao Estado e este apenas dá a gestão de alguns terrenos à Câmara, assim perguntou qual o ponto da situação relativamente a esses contratos de gestão. Perguntou pelo ponto da situação sobre o Plano de Circulação.-----

-----O Sr. Luís Bandarra (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere) perguntou se a Câmara tinha conhecimento de alguma novidade sobre a circular de Odiáxere e sobre o Plano de Urbanização de Odiáxere. Em relação aos vales entregues aos funcionários da Câmara Municipal, perguntou se o comércio local das Freguesias também era beneficiado e se as Freguesias iam ser contempladas com um placar electrónico informativo.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) perguntou se a antiga Escola Gil Eanes já estava a ser preparada para passar a ser uma Escola Profissional, como foi anunciado e se o Fórum dos Descobrimentos vai, ou não, ser uma realidade. Perguntou porque é que a Câmara Municipal tinha abandonado a ideia de fazer uma outra ponte que ligasse as duas margens da Ribeira de Bensafrim.-----

-----O Sr. Eduardo Santana (IND) disse que tem assistido a algum descontentamento geral, em relação ao parque de estacionamento estar fechado e nesta altura do ano era fundamental que a Câmara Municipal tomasse uma posição arrojada e reabrisse o parque de estacionamento até ao final do ano, acrescentando que a Câmara devia fazer uma reflexão interna, sobre a acção extemporânea, de ter encerrado o parque da Avenida. Em relação à não construção de uma outra ligação entre as duas margens da Ribeira de Bensafrim, disse que se tal não se verificar fica preocupado, porque acha que a mesma é fundamental.-----

-----O Sr. Vereador da Câmara Municipal, António Marreiros, sobre a ecovia informou que esta via, em Lagos, está com problemas a nível de terrenos privados no Valverde, zona viveiros no Vale da Lama e a ligação entre Lagos e Portimão, estando a ser apreciados os mesmos com o intuito de os resolver. Disse que o matadouro do Algarve está encerrado, estando a ASCAL a tentar resolver o problema. Esclareceu que as intervenções a serem feitas nos parques de estacionamento da Meia Praia, nunca podem ser muito grandes, uma vez que está a ser colocado em prática no terreno o Plano de Urbanização. Referindo-se à praia da D. Ana e às derrocadas lá verificadas, disse que a CCDR está a providenciar uma intervenção para o local. Disse que os contentores do lixo à superfície são alvo de manutenção, mas se há falta da mesma tomou nota e vai averiguar. Referiu que as floreiras do Centro Histórico vão ser alvo de uma intervenção antes do próximo Verão.-----



-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, informou que Aqua.pt é uma empresa que se propõe desenvolver em Lagos um processo de criação de bivalves na Baía de Lagos, tendo a Câmara dado o seu apoio à iniciativa. Sobre os vales de Natal disse que este programa decorre de um acordo feito entre a Câmara Municipal e o Centro de Cultura e Desporto dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Lagos (CCD). Referiu que o almoço, ou jantar convívio tinha cada vez menos aderentes, por isso nasceu a ideia dos vales que, para além de ajudar os funcionários, apoia o comércio tradicional local, tendo o CCD ficado com o controle dessa situação, após um trabalho desenvolvido pelo Gabinete que lhe dá apoio. Disse que os trabalhadores da Câmara podem trocar o vale, em qualquer comércio local do Concelho, ficando excluídas as grandes superfícies e estabelecimentos de restauração e bebidas. Informou que o CCD conseguiu que algum comércio concedesse um desconto sobre o valor das compras, estando esses estabelecimentos identificados, sendo bastantes esses estabelecimentos, o que é prova de que isto ajuda o comércio local, apesar de cerca de setenta e cinco mil euros não ser uma grande verba é esse o valor que a Câmara “injecta” em todo o comércio tradicional local de todo o Concelho. Disse que gostava de saber qual era a grande superfície comercial que estava incluída no comércio local e se havia comerciantes chineses envolvidos, porque desconhece que o CCD tenha considerado tais comerciantes como “comércio local” . Sobre as aquisições da Câmara Municipal disse que as mesmas obedecem às regras das aquisições públicas; a Câmara abre concurso e quem tem condições para concorrer pode fazê-lo e quem tem serviços que possam oferecer à Câmara fora de concursos, podem apresentá-los à Câmara. Sobre o nó da Rua Vasco da Gama com a Rua dos Celeiros informou que é uma obra que foi contratualizada no âmbito na renovação do supermercado Plus. Informou que a escola do Bairro Operário ia, finalmente, entrar em obras, esperando que as mesmas estejam finalizadas de modo a que a escola seja reaberta no próximo ano lectivo. Referiu que existiam duas hipóteses de ampliação para o Centro Cultural de Lagos, estando a Câmara aguardar a entrega de um projecto, por parte do Arquitecto que elaborou o Centro Cultural, para a parte nascente; sobre a parte poente informou que a Câmara já tinha adquirido dois prédios contíguos, para uma possível ampliação, no futuro, do Centro Cultural. Em relação aos lotes na Avenida dos Descobrimentos que pertencem um à Marinha e outro à Câmara Municipal, disse que as negociações estão a decorrer no sentido de fazerem a permuta dos terrenos. Sobre o novo edifício do Hospital de Lagos informou que o Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio tem feito o estudo funcional para o novo edifício do Hospital de Lagos, o que significa que foi dado o primeiro passo para desenvolver um projecto, tendo a Câmara a sua parte feita, que é de contemplar no Plano de Urbanização de Lagos um espaço para este equipamento. Disse que a Câmara Municipal de Lagos tinha sido, recentemente, congratulada por ser uma das Câmaras que pagava, em média, em sete dias, no presente disse ter a informação de que há um ligeiro atraso no pagamento a fornecedores e que passou para trinta dias. Disse que os contratos com o IPTM estão em fase de apreciação, acrescentando que a Câmara não se vai deixar levar por situações menos simpáticas para o Município,



Fl. 121v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

mas o que está a ser feito é com base na legislação recentemente publicada, sendo esta situação válida para o Forte da Meia Praia. Informou que o Plano de Circulação está a acompanhar o Plano de Pormenor do Centro Histórico. Sobre a requalificação da EN125 e sobre a variante do Odiáxere, referiu que tinha indicação de que a obra iria avançar. Disse que a escola profissional, na antiga Escola Gil Eanes, não avança já porque a mesma necessita de autorização por parte do Ministério da Educação. Afirmou que o Fórum dos Descobrimentos é uma realidade. Sobre o Plano do Porto de Lagos disse que a Câmara só emite pareceres e a proposta apresentada pelo IPTM, elaborada pela Marlagos, mereceu o parecer favorável da Câmara Municipal, uma vez que pareceu à Câmara que este Plano era um bom projecto. Sobre a ponte nova para atravessar a Ribeira de Bensafrim, disse que é da opinião de que a mesma é necessária, só que há outros interesses que têm que ser levados em consideração. Sobre a obra do parque de estacionamento da Avenida dos Descobrimentos disse que a obra tem que ser feita e irá avançar quanto antes, caso não haja condições para avançar, o parque será reaberto.-----

-----O Sr. José Mariano (IND) disse que não estava contra a entrega de vales aos trabalhadores da Câmara Municipal, estava era contra terem terminado os almoços, ou jantares convívio, agora que têm espaço adequado para esse efeito que é o Pavilhão Municipal. Referiu que os comerciantes de Lagos estão todos dispostos a vender coisas à Câmara Municipal e é a Câmara que tem que procurar os comerciantes uma vez que estes não sabem o que a Câmara quer comprar.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que o PSD, quando presidia à Câmara Municipal, tinha apresentado um Plano para requalificação da outra margem da Ribeira de Bensafrim, onde estava prevista a existência de uma outra ponte, só que agora essa ideia foi abandonada pelo actual Executivo.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, esclareceu que os comerciantes são avisados por meio de avisos de concurso e os que não são podem e devem ir oferecer os seus serviços à Câmara Municipal para ficarem na lista, para que cada vez que a Câmara precisa de comprar algo saber onde se dirigir. Disse que o PSD em 2001, em vésperas de eleições, tinha assinado um acordo de cooperação que metia o IPTM e a Refer, esquecendo-se da entidade principal neste processo que é a CCDR. Referiu que a Câmara tem o direito de, em face de novas circunstâncias que aparecem, de tomar novas opções. Afirmou que o actual Executivo pode ser acusado de muita coisa menos de não fazer obra e de passar pela Câmara e não fazer nada, deixando praticamente tudo como estava.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) lançou o repto ao Sr. Presidente de concretizar os anseios da população. Disse que a Câmara apenas concretizou cerca de vinte e oito por cento do Plano Plurianual o que contraria as palavras do Sr. Presidente da Câmara em relação a obra feita.-----

-----**INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO:** Neste momento, eram 23 horas e 11 minutos, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Reunião para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 23 horas e 32 minutos.-----



-----**PONTO 4 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS NO ANO DE 2009:** Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Deputados Municipais da Assembleia, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de actas sob os números D-469-8.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, fez a respectiva introdução ao assunto.-----

-----O Sr. José Joaquim Reis (PSD) leu a seguinte Proposta. “Considerando que: I) A Lei das Finanças Locais (Lei nº 2/07, de 15-01), autoriza os municípios a decidirem sobre uma participação variável no IRS até ao máximo de 5% dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respectiva circunscrição territorial; II) A estimativa da participação no IRS a arrecadar pela Autarquia no presente ano (valor constante do Orçamento municipal para 2008), é de 873 079€, o que significa somente 1,6% do total das receitas arrecadadas pela Câmara Municipal de Lagos em 2007 (52,7M€); III) A redução da participação municipal no IRS assume ainda maior relevo e justiça quando Lagos é um dos três concelhos do País com maior índice de captação fiscal; IV) Em virtude disso, face à Lei das Finanças Locais, regista-se actualmente uma quebra das verbas nos cofres da Autarquia provenientes do Fundo de Equilíbrio Financeiro (- 178 776€ registado em Agosto deste ano, comparativamente a igual período do ano anterior), consequência da aplicação da norma segundo a qual os municípios que arrecadam mais receitas per capita são penalizados a favor dos que arrecadam menos; V) Os resultados positivos apresentados nas constas de gerência dos últimos anos, com elevados montantes de verbas sobejantes que não foram investidas, indicam a possibilidade da Câmara Municipal poder prescindir da receita proveniente da sua participação no IRS sem comprometer o normal desempenho das suas atribuições; VI) A subida dos preços dos produtos de primeira necessidade e do custo de vida em Lagos, não tem qualquer correspondência com a evolução inversa do poder de compra dos lacobrigenses, o qual, de acordo com dados estatísticos, chega a ser do que o de outros concelhos algarvios; Porque entendemos que a redução das taxas do IRS é um bom investimento que o Município faz a favor da qualidade de vida dos cidadãos, sobretudo no actual quadro de grave crise financeira das famílias; Ao abrigo das faculdades regimentais que nos são legítimas, para os efeitos previstos no disposto no Artº 20º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro, apresentamos a presente proposta de fixação da participação municipal no IRS reportado aos rendimentos de 2009 no intervalo de 0% a 2,5% em substituição do valor máximo actual praticado (5%).”-----

-----A Sra. Maria Brites Nunes (CDU) disse que o IRS é o único imposto que, de alguma maneira, pretende instaurar uma certa justiça fiscal e que este benefício fiscal em discussão é socialmente injusto, na medida em que reduz a carga fiscal de quem tem maiores rendimentos. Acrescentou que não é só a CDU que pensa assim, uma vez que o PS, em sede de discussão do Orçamento de Estado, apresentou uma proposta para legislar para 2009 que as autarquias poderiam diferenciar os contribuintes a quem querem devolver parte do IRS, conforme os rendimentos.-----



Fl. 122v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
D E  
LAGOS

-----Posto isto foi submetida à votação a **PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS NO ANO DE 2009**, tendo a mesma obtido o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
<b>VOTOS A FAVOR</b>	16	0	0	1	<b>17</b>
<b>ABSTENÇÕES</b>	0	0	2	0	<b>2</b>
<b>VOTOS CONTRA</b>	0	7	0	1	<b>8</b>

-----Assim foi deliberado, por maioria, aprovar a percentagem de participação variável no IRS para 2009 em 3%, conforme proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos, aprovada na sua Reunião Pública Ordinária realizada no dia 15 de Outubro de 2008.-----

-----Seguidamente foi colocada à votação a Proposta apresentada pelo PSD, tendo a mesma obtido a seguinte votação:

	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
<b>VOTOS A FAVOR</b>	0	7	0	1	<b>8</b>
<b>ABSTENÇÕES</b>	0	0	2	1	<b>3</b>
<b>VOTOS CONTRA</b>	16	0	0	0	<b>16</b>

-----Assim a Proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PSD foi reprovada por maioria.-----

-----Declaração de Voto efectuado pela Sra. Maria Brites Nunes (CDU): “O IRS é o único imposto sobre os rendimentos dos agregados familiares de taxa progressiva e que apesar de instruções introduzidas pelo tratamento diferencial dado aos rendimentos do capital traduz alguma aproximação com princípios de solidariedade e de justiça fiscal. Salvo casos absolutamente excepcionais como os das regiões autónomas nada justifica que se introduzam no regime do imposto factores aleatórios que prejudica ainda mais a sua natureza e a já debilitada justiça fiscal relativa que lhe é inerente. O desagramento da carga fiscal, em particular sobre os rendimentos do trabalho, é uma necessidade reconhecida a que o Governo e a Assembleia da República têm obrigação de dar resposta seja para revisão dos escalões de tributação seja pelo alargamento das deduções à colecta. Não faz qualquer sentido, quanto a este imposto em concreto, o desagramento da carga fiscal se faça desigualmente, de conelho para conelho ao sabor da vontade política dos seus Órgãos de meras opções demagógicas ou de oportunismo político, muito menos faz sentido que este desagramento seja concretizado à custa dos municípios pela redução, ainda que voluntária, da participação nos recursos públicos a que constitucionalmente têm direito. O benefício fiscal que resulta do facto dos municípios abdicarem da participação do IRS, no todo ou em parte é socialmente injusto por reduzir a carga fiscal tanto mais quanto maior forem os rendimentos, de montante ridículo para cada um dos beneficiários, mesmo para os de mais altos rendimentos e nula quase para a generalidade da população. Significativo quando acumulado podendo contribuir para diminuir a capacidade da realização dos municípios e consequentemente degradar os níveis ou a qualidade de atendimento aos cidadãos ou em alternativa pressionar no sentido da busca de receitas



alternativas em outros impostos, taxas, tarifas ou preços. No princípio da segurança fiscal e tal como resulta da própria lei a deliberação a tomar até 31 de Dezembro deste ano determinará o regime fiscal a que estarão sujeitos os rendimentos do próximo ano, quando em 2010 for liquidado o imposto correspondente, não beneficiando, no imediato, as famílias lacobrigenses abraços com as dificuldades conhecidas. Daí a nossa abstenção.”-----

-----**PONTO 5 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ACTUALIZAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO PARA 2009:** Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Deputados Municipais da Assembleia, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de actas sob os números D-469-9.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, fez a respectiva introdução ao assunto.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que a justificação, por parte da Câmara para esta proposta é a crise, mas a CDU entende que não é pala crise, mas sim pelo agravamento da crise, porque a crise já está instalada há alguns anos, não se sabendo quando a mesma irá acabar, nem os efeitos da dita. Perguntou se a Câmara tinha feito algum estudo que possa levar à conclusão de que há uma menor receita com a não aplicação da fórmula que tinha sido aprovada com a aplicação em cinco anos, ou seja, o que é que isto representa para os cofres do Município?-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, informou que estudo, propriamente dito, não tinha sido feito porque tinha que ser feita uma previsão das operações sujeitas a esta taxa e a previsão é muito pouco fiável. Disse que se podia fazer uma aplicação directa do valor de vinte por cento à rubrica das contas municipais onde vem contemplada a Taxa Municipal de Urbanização.-----

-----Posto isto foi submetida à votação a **PROPOSTA DE ACTUALIZAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO PARA 2009**, tendo sido deliberado, por unanimidade, fixar o aumento para 2009 em 2,9%, nos custos gerais da Taxa Municipal de Urbanização, de acordo com o índice de inflação em Setembro de 2008, conforme proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos, aprovada na sua Reunião Pública Ordinária realizada no dia 19 de Novembro de 2008.-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da presente Reunião.-----

-----**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente Reunião, foi utilizada a forma devotação por braço levantado e por Grupo Municipal representado na Assembleia.-----

-----**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** Assim o Sr. Presidente da Mesa, após consulta à Assembleia, declarou interrompida a Sessão, para continuação no próximo dia 9 de Dezembro de 2008, às 20 horas e 30 minutos, hora regimental, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, no Ponto 6 da Ordem do Dia, tendo, eram 23 horas e 58 minutos, declarado encerrada esta Reunião.-----



Fl. 123v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE  
LAGOS

-----Da qual, para constar, foi extraída a presente Acta que eu,.....

.....,  
Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar,  
subscrevi e assino juntamente com o seu Presidente, Sr. Paulo José Dias Morgado.--

.....  
.....

---